



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Lei Maria da Penha: discursos e práticas de servidores públicos em um estudo de caso na cidade de Porto Alegre.
Autor	RAQUEL DE SOUZA FRIZON
Orientador	MARTHA GIUDICE NARVAZ
Instituição	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Lei Maria da Penha: discursos e práticas de servidores públicos em um estudo de caso na cidade de Porto Alegre.

Raquel de Souza Frizon 1; Martha Giudice Narvaz 2.

1 Discente bolsista voluntária de iniciação científica do MEC/SESu – PROEXT/2011 (UERGS);

2 Docente Orientadora (UERGS).

Diz-se que a violência e a discriminação são tão antigas quanto a humanidade. Diante do quadro histórico de violação dos direitos humanos das meninas e das mulheres, diversas medidas têm sido protagonizadas por mecanismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, dentre eles, a criação da chamada “Lei Maria da Penha”. Surgindo como reivindicação dos movimentos feministas e exigência da Corte Internacional de Direitos Humanos ao Estado Brasileiro, esta Lei é também mecanismo substitutivo à Lei dos Juizados Especiais Criminais, que banalizava as violências contra as mulheres cometidas por seus parceiros íntimos, até então entendidas como de menor potencial ofensivo. A referida Lei criminaliza a Violência doméstica e familiar contra a mulher, que é uma forma de violação dos Direitos Humanos. Contudo, diversos trabalhos têm demonstrado o despreparo da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência, principalmente em função de preconceitos sexistas e discriminatórios, o que compromete a eficiência da política pública. A partir do cenário mencionado, enquanto aluna da gestão pública, a presente pesquisa propôs-se a investigar como ocorre o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do município de Porto Alegre e na Patrulha Maria a Penha tendo em vista a Lei Maria da Penha? Busca-se avaliar o atendimento através da investigação da estrutura e do funcionamento da DEAM de Porto Alegre e da Patrulha Maria da Penha, conhecendo o fluxo e a qualidade de atendimento às vítimas. Por Organizadas na forma de estudo de caso, a presente pesquisa contou com a realização de análise ambiental e entrevistas com servidores da segurança pública. O instrumento utilizado foi questionário semiestruturado com perguntas relativas a Motivação, Percepção e Desafios da Lei Maria da Penha, Informações Técnicas relativas aos processos de aplicação da Lei, Problemas percebidos de Funcionamento e Implantação e uma Avaliação das Políticas Públicas no Estado do Rio Grande do Sul. Observaram-se como resultados discursos discriminatórios e culpabilizantes das mulheres que buscam a Delegacia, em especial se elas voltam a relacionar-se com o agressor após a denúncia, ou desistem de levar adiante a queixa apresentada. Assim, avaliou-se que a aplicação da Lei Maria da Penha é falha, devido a problemas tanto no âmbito estrutural como no âmbito de recursos humanos, diante dos discursos discriminatórios e sexistas que comprometem a operacionalização desta importante política pública.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência de Gênero. Gestão Pública.